

JOÃO BOSCO RABELLO

ESTADO DE SÃO PAULO
Recesso de 15 dias

15 JUN 1995

O governo acredita que vencerá, pelo menos parcialmente, as resistências ainda verificadas para que o recesso parlamentar não seja obstáculo à ratificação, pelo Senado, das reformas votadas na Câmara, ainda neste semestre. Principal resistência à idéia de abrir mão do recesso, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-MA), estaria receptivo a uma solução intermediária, pela qual se trabalharia toda a primeira quinzena de julho, prazo suficiente para o governo consolidar as reformas das telecomunicações, do conceito de empresa nacional, cabotagem e gás canalizado, deixando para agosto o petróleo.

O senador José Sarney já começou a receber sinais de que existe uma preocupação com a possibilidade de se vincular a interrupção das reformas a uma intransigência dos senadores com as férias parlamentares. Tem-se por certo que o ritmo imprimido pelo governo e Câmara às reformas, até aqui, contribuíram para a melhoria da imagem do Congresso Nacional. O Senado, fiel ao capricho de recusar o papel de mero chancelor das decisões da Câmara, pode pôr essa conquista a perder. Algo que Sarney não deseja conforme já manifestou a interlocutores da base governista.

A angústia do presidente Fernando Henrique Cardoso se deve à consciência de que o segundo semestre já terá seu curso político vinculado aos acordos determinados pelas eleições municipais de 96, o que é sempre um complicador, em qualquer circunstância. Até aqui o governo avança por conta da força natural de governo recém-eleito, mas ainda está obrigado a operar no chamado varejo político, trocando votos por nomeações, num sistema precário. Prática que nem a reestruturação partidária extinguirá completamente, embora seja capaz de produzir consequência menos danosa, qualificando as trocas.

Não há a menor dúvida sobre o avanço obtido pelo governo no primeiro semestre, emplacando reformas que o início titubeante, em alguns momentos fez supor

impossíveis. Os adversários do governo estiveram — e continuam — dentro do próprio governo: ora deputados fazendo corpo mole para concretizar nomeações, ora senadores — caso presente —, recusando o papel de meros chanceladores das decisões da Câmara. E, aqui e ali, disputas internas localizadas já denunciando aspirações sucessórias, como na luta do ministro José Serra, do Planejamento, pelo comando econômico.

Nada que possa projetar pessimismo nos poucos dias que restam para o fim do semestre vitorioso. Por enquanto. O Senado mesmo aí está a comprovar que a rebelião consistente tem se dado na base governista. Os senadores, no entanto, se alteram o ritmo desejado pelo presidente Fernando Henrique, não ameaçam o andamento das reformas. Então, por que ceder a uma posição minoritária que não resistirá ao tempo, embora possa causar danos significativos, considerando a abertura que oferece à intensificação da barganha política?

Por outro lado, preocupa também o presidente uma realidade interna que não aparece. As vitórias obtidas, demolidoras de tabus e mitos, provocaram tal estrondo que encobriram as dificuldades internas e os espinhos que o sorriso presiden-

cial não deixam transparecer. Há problemas de relacionamento entre ministros e auxiliares, algumas insatisfações na base governista, dúvidas quanto a procedimentos complementares ao Plano Real e, especialmente, segurança em relação ao segundo semestre político.

Fatores que são agravados por um tempo de espera longo como o que pretende o presidente do Senado. O líder do governo na Casa, Élcio Álvares (PMDB-ES), considera que a melhor saída será demover Sarney parcialmente de sua posição, impondo, pela negociação, um recesso de apenas 15 dias, a partir de 16 de julho. "Até lá damos conta do essencial", diz Álvares. O essencial, para o governo, no caso, é a reforma das telecomunicações. O monopólio do petróleo é mais emblemático apenas.



■ João Bosco Rabello dirige a sucursal de Brasília

Sarney estaria receptivo a solução pela qual se trabalharia a primeira quinzena de julho